



## Extensão Universitária e Segurança Alimentar e Nutricional: Relato de experiência em uma comunidade de Fortaleza

### *University Extension and Food and Nutritional Security: Experience report in a community in Fortaleza*



**João Vitor Oliveira Sousa<sup>i</sup>**

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil

**Cláudia Machado Coelho Souza de Vasconcelos<sup>ii</sup>**

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil

**Jamille Carvalho de Sousa<sup>iii</sup>**

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil

**Greyceanne Cecília Dutra Brito<sup>iv</sup>**

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil

**Debora Wanderley de Melo<sup>v</sup>**

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil

id

id

id

id

id

### Resumo

Este trabalho objetiva descrever as ações extensionistas em prol do direito humano à alimentação adequada (DHAA), realizadas pelo Projeto de extensão INFO SSAN, vinculado ao Grupo de Estudo em Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (GPSAN), da UECE, em parceria com a Associação de Moradores da Serrinha (Amorbase), em 2022 e 2023. As ações colaboraram com a luta da comunidade pelo DHAA. Destacam-se as ações vinculadas a cozinha popular, que fornece refeições para pessoas em vulnerabilidade social e empodera a comunidade. Desenvolveram-se ações educativas, através de atividades como rodas de conversas e oficinas. Nesses dois anos, percebem-se impactos sociais, como a evolução da cozinha popular que se tornou política pública estadual, distribuindo cem refeições diárias por dia. Ressalta-se o protagonismo da comunidade nessas conquistas, como participação de lideranças na conferência municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (2023) e diálogo com o poder legislativo em ações de exigibilidade de direitos.

### Palavras-chave

Direito Humano. Segurança Alimentar. Cozinha Popular. Vulnerabilidade Social. Extensão Universitária.





## University extension and Food Security: Experience report in a community of Fortaleza

### Abstract

The work aims to describe the extension actions in favor of the human right to adequate food (HRAF), carried out by the INFO SSAN extension project, linked to Grupo de Estudo em Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (GPSAN), at UECE, in partnership with the Serrinha Residents Association (Amorbase), in 2022 and 2023. The extension actions collaborated with the community's social struggle for HRAF. The actions linked to community kitchen stand out, that provides meals for people in social vulnerability and empowers the community. Educational actions were developed, through conversations and workshops. Over these two years, social impacts are noticeable, such as the evolution of the community kitchen becoming a state public policy, distributing a hundred meals daily. The community's protagonism in these achievements is highlighted, how the participation of community leaders in municipal conference on Food and Nutritional Security (2023) and dialogue with legislative power in actions demanding rights.

### Keywords

Human Rights. Food Security. Community Kitchen. Social Vulnerability. University Extension.

## 1 Introdução

Os restaurantes populares e cozinhas comunitárias são políticas criadas para amenizar as desigualdades socioeconômicas existentes na sociedade. Assim, são utilizados por vários países como uma estratégia de promoção à alimentação adequada e saudável para a população com problemas no acesso aos alimentos (PADRÃO; AGUIAR, 2018). Pela legislação brasileira, as cozinhas comunitárias são conceituadas como locais físicos nos quais são realizadas a preparação e a distribuição de refeições para a população. Elas devem ofertar no mínimo cem refeições por dia a preços acessíveis para as pessoas, não visando um lucro financeiro (BRASIL, 2016).

É evidenciado o potencial que as cozinhas comunitárias possuem de melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiadas por essa política, que de um modo geral são pessoas em vulnerabilidade. É possível afirmar que as cozinhas aumentam a dignidade social da





comunidade, melhorando também sua saúde, qualidade nutricional e bem-estar (IACOVU *et al.*, 2012).

O relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), divulgado em 2023, evidencia que o mundo passa por um aumento no nível da insegurança alimentar (IA), havendo cerca de 735 milhões de pessoas vivendo nessa situação. Ademais, no Brasil também foi visto que a taxa de 18,3% da população em IA severa ou moderada entre os anos de 2014 e 2016 foi elevada para 32,8% nos anos de 2020 a 2022, seguindo as tendências mundiais (FAO, 2023).

Por sua vez, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19, corrobora com os dados vistos na FAO. Por meio dele, torna-se evidente a forte influência da pandemia numa crise socioeconômica, unida ao desmonte de políticas públicas, que resultou na piora da qualidade alimentar da população brasileira por restrição do acesso aos alimentos. As informações coletadas por esse inquérito foram de que 15,5% dos domicílios brasileiros haviam moradores passando fome, enquanto 58,7% da população se encontrava em algum dos estados de IA (REDE PENSSAN, 2022).

Em 2024, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua -PNADc- revelam que, no Ceará, 35,1% dos domicílios - cerca de um a cada três - enfrentam dificuldades na obtenção de alimentos. Apesar da melhoria da situação de segurança alimentar da população, o estado ainda apresenta um dos piores níveis de insegurança alimentar do Nordeste (IBGE, 2024).

No ano de 2003, o Governo Federal lançou o Programa Fome Zero, o qual visava a promoção de segurança alimentar e nutricional (SAN) e o combate à fome. O programa apoiava-se em ações governamentais e não-governamentais, tendo como uma das estratégias incluídas os equipamentos públicos de SAN, entre eles restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Desse modo, a partir dessa medida ocorreu um aumento no número de cozinhas comunitárias pelo país (NUNES, 2017). O estado do Ceará, em 2023, criou o Programa Ceará sem Fome, o qual prevê apoio, principalmente, com alimentos para as cozinhas populares/comunitárias existentes (CEARÁ, 2023).





Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo descrever as ações extensionistas em prol do direito humano à alimentação adequada (DHAA) realizadas pelo Projeto de extensão INFO SSAN, vinculado ao Grupo de Estudo em Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (GPSAN) da UECE, em parceria com a Associação de Moradores da Serrinha (Amorbase).

## 2 Metodologia

Trata-se de um relato de experiência das ações de extensão universitária desenvolvidas nos anos de 2022 e 2023, vinculadas ao projeto extensionista "INFOSSAN: informações sobre soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) para fortalecer a cidadania em defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)" do GPSAN, apoiado por chamada pública da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UECE. Por meio desse projeto, estabeleceu-se uma parceria do GPSAN com a Associação de Moradores do Bairro da Serrinha (Amorbase), atuando na luta por DHAA e promoção de SAN, em especial na cozinha popular, idealizada e realizada pelo coletivo das Brigadas Populares, vinculado à associação.

A sistematização de experiências nesse estudo seguiu caminhos apontados por Holliday (2006). Segundo o autor, é necessário entender, organizar e compartilhar as vivências através de uma interpretação crítica dos fatos. Assim, é observada a lógica dos processos vividos, analisando como eles se interligam e a forma que foram feitos. Portanto, através da sistematização surge um novo conhecimento a partir do entendimento da união dos atos ocorridos. A experiência descrita foi rememorada por meio de registros pessoais dos envolvidos nas atividades e postagens nas redes sociais do GPSAN.

A Amorbase foi fundada no bairro da Serrinha, em Fortaleza, em 1981, no contexto de falta de serviços básicos, como coleta de lixo e abastecimento de água. É uma associação voltada para a promoção da luta organizada em prol de melhorias e direitos da comunidade, agregando vários movimentos populares. Assim, a organização segue sua atuação até os dias atuais (MACIEL; RECH, 2022).





Essa associação elaborou, durante o ano de 2022, um Plano de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS) com apoio do Instituto Nordeste de Cidadania (INEC). A construção desse plano envolveu a construção de uma Matriz de Hierarquização de desafios da comunidade, entre os quais estava a insegurança alimentar (IA), listado como desafio prioritário.

Neste contexto, surge a cozinha popular como uma das ações que agregam à luta pela SAN da comunidade. A ação surgiu durante a pandemia de covid-19, momento em que a população de um modo geral estava mais fragilizada e com poucas condições para compra de alimentos. Dessa forma, a associação passou a arrecadar doações para a produção de quentinhas uma vez por mês para distribuição aos moradores mais carentes do bairro. A cozinha popular possui forte ligação com o movimento das Brigadas Populares, os quais ajudam na preparação das refeições, em que se observou o protagonismo de mulheres nessa iniciativa.

Portanto, com parceria estabelecida, o GPSAN realizou algumas ações para fortalecer a luta por SAN e a garantia de direitos da comunidade, com o fortalecimento da cozinha popular. Foram realizadas rodas de conversa e oficinas na sede da associação promovendo diálogo e problematização junto a população a respeito de temas como soberania alimentar, SAN, DHAA, exigibilidade de direitos, orçamento público para políticas, alimentação saudável (Guia Alimentar para a População Brasileira). O referencial teórico-metodológico das ações foi a educação popular de Paulo Freire (FREIRE, 2004). Com isso, foram fortalecidos o pensamento crítico e as ações da comunidade.

O GPSAN realizou ações de divulgação da Amorbase e de suas atividades realizadas na comunidade, como também ajudou na divulgação sobre a necessidade de doações para a cozinha popular, entre eles alimentos e equipamentos. Com isso, buscou-se envolver a comunidade com a luta da associação e ressaltar como isso é importante para o progresso do bairro e o avanço de direitos. Foram realizadas rodas de conversa para manter a associação atualizada sobre programas, editais e medidas governamentais e não-governamentais que contribuam com a luta pelo DHAA e promoção de SAN na comunidade. Ainda houveram ações de colaboração na elaboração e organização de documentos da Amorbase para o ingresso em







editais de auxílio à cozinha popular e inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, que ocorreram durante os meses de julho e agosto de 2023.

Ademais, outras ações dessa experiência foram: um debate sobre SAN e cozinhas populares (maio de 2022); a organização e participação da Assembleia Popular, com participação de políticos e a sociedade civil (27 de julho de 2022); divulgação da associação por meio de panfletos em locais estratégicos no bairro da Serrinha (março a novembro de 2023); participação de lideranças da comunidade na Conferência Municipal de SAN (2 e 3 de agosto de 2023); reunião com o secretário da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social de Fortaleza (setembro de 2023). As ações na cozinha popular ocorreram nos dias 04 de junho de 2022, e 18 de março, 17 de junho e 15 de julho de 2023.

### 3 Relato de Experiência

A insegurança alimentar (IA) possui forte relação com a vulnerabilidade social, como visto pelo estudo de Bezerra *et al.* (2020). Tal análise aponta que as regiões mais afetadas por esse problema possuem maiores índices de pobreza, morbimortalidade infantil e piores condições de trabalho. Desse modo, é possível relacionar essas condições de precariedade com a violação de direitos humanos básicos, como a escassez de alimentos.

Com isso, para fortalecer a luta da Amorbase por amenizar a vulnerabilidade social da comunidade, iniciou-se a parceria com o GPSAN em 2022. A relação GPSAN e Amorbase se deu inicialmente pelo acompanhamento dos projetos sociais desenvolvidos pela associação, incluindo a realização de um curso de formação para lideranças comunitárias, objetivando firmar a aproximação entre ambos. Para além, foi realizado um debate sobre SAN e cozinhas populares, em que participaram uma docente extensionista, um vereador e duas lideranças do coletivo das Brigadas Populares, visando refletir sobre o papel do estado na promoção da SAN das comunidades e o protagonismo da sociedade civil no enfrentamento da fome no contexto da pandemia.





Ainda em 2022, a Amorbase promoveu uma Assembleia Popular, como culminância do curso de lideranças, para reunir políticos e então candidatos nas eleições daquele ano, visando o compromisso deles com as pautas da comunidade. O GPSAN apoiou essa ação, por meio da elaboração de ofício para convite aos poderes públicos executivo e legislativo e entrega desses na Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa. Como entendido por Almeida e Krejci (2020), é importante combater o analfabetismo político da população, visando que o povo não seja facilmente manipulado por políticos eleitos. Quando há entendimento dos seus direitos, a luta da sociedade ocorre de modo a favorecer o interesse público. Observou-se que o curso de lideranças, promovido pelo INEC, foi muito relevante para fortalecimento do alfabetismo político dos integrantes da Amorbase.

Nesse contexto, o GPSAN realizou um encontro na sede da associação para uma roda de conversa com a comunidade a respeito de conceitos básicos como soberania alimentar, SAN e DHAA. Essa formação tinha como objetivo fortalecer um pensamento crítico sobre os temas, pois, somente assim, elas conseguiriam lutar pelos seus direitos de forma mais qualificada, empoderada e contestar autoridades por melhorias no bairro. Como afirmado por Mosquera e Esteves (2016), questões sociais precisam de conhecimento e educação para uma evolução. Para tanto, a educação deve vir associada ao diálogo, tal como pressuposto nas ações extensionistas dessa experiência que tem como referenciais teórico-metodológicos a educação popular de Paulo Freire e os princípios da extensão universitária, estabelecidos pela Política Nacional de Extensão Universitária de 2012 (FORPROEX, 2012), destacando-se a interação dialógica. Assim, estimular o uso de pensamento crítico, por meio de rodas de conversa, aliando o conhecimento acadêmico com o saber popular proporciona o fortalecimento das reivindicações.

Um momento que expressou o impacto social da experiência foi a participação de dois representantes da Amorbase na Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Fortaleza, em agosto de 2023. Outro impacto dessa parceria é percebido com a realização de uma reunião com o secretário da SDHDS de Fortaleza em setembro de 2023. Essa ação abordou a exigibilidade administrativa e política para execução do orçamento da SAN previsto na Lei





Orçamentária Anual (LOA) do município naquele ano. Participaram da reunião uma docente extensionista, um representante da Amorbase e um vereador.

Cabe destacar que em mais um encontro que o GPSAN fez durante a cozinha popular, os discentes extensionistas atuaram na divulgação dos projetos da Amorbase. Para isso, foram distribuídos panfletos para os beneficiários que recebiam as quentinhas da cozinha. Portanto, essas ações realizadas despertaram o interesse em alguns desses indivíduos em ingressar na luta da Amorbase, filiando-se a ela, auxiliando nas ações sociais realizadas em prol de melhorias e do avanço da comunidade.

Além disso, ainda foi realizado um momento formativo de educação alimentar e nutricional sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). Assim, os discentes e a docente extensionista dialogaram sobre a importância de uma alimentação saudável baseada em alimentos *in natura* e minimamente processados, evitando-se os processados e os ultraprocessados. Também foram abordados outros aspectos importantes do Guia, como a importância de se cozinhar os próprios alimentos e realizar refeições em conjunto com a família e/ou amigos. Durante esse dia, os membros do GPSAN perceberam o interesse dos indivíduos da comunidade presentes na ação em compreender mais as informações dadas sobre uma boa alimentação saudável e adequada.

Desse modo, a partir das experiências com a Amorbase, foi observada a importância da luta promovida pela associação para a garantia de direitos da comunidade. Percebeu-se um abrandamento da vulnerabilidade presente nas pessoas mais carentes do bairro da Serrinha por meio da cozinha popular. No entanto, como era realizado apenas uma vez por mês, havia-se uma limitação quanto ao alcance dessa medida. Além disso, é válido destacar que a experiência da cozinha popular sempre foi percebida pela sua potência em extrapolar ações de doação de alimentos para ações que gerassem empoderamento e fortalecimento da luta comunitária.

Com isso, diante dessas ações, foi percebida a necessidade de maior apoio para a Cozinha Popular. Na roda de conversa realizada durante o planejamento das ações anuais, no dia 18 de março de 2023 na sede da Amorbase, foram discutidas as principais demandas da comunidade e da associação, e como o GPSAN poderia colaborar com suas ações de extensão.







Vista as questões, ficou decidida a colaboração do grupo à Amorbase visando a participação no Conselho Municipal de Assistência Social, assim como o ingresso no Programa Ceará Sem Fome, criado por lei no mês de fevereiro de 2023.

Dessa forma, o Programa Ceará Sem Fome surge de modo a combater a fome presente no estado do Ceará. A política criou a Rede de Unidades Sociais Produtoras de Refeições no Combate à Fome (USPR), podendo essas serem organizações da sociedade civil que auxiliem pessoas em situação de vulnerabilidade social. Assim, o Estado passa a apoiar com insumos a produção de refeições nessas USPR. Essas unidades são equivalentes às cozinhas comunitárias/populares (CEARÁ, 2023).

Para o ingresso da associação no Programa Ceará Sem Fome, o GPSAN buscou auxiliar com a regularização de documentações necessárias bem como apontar caminhos para a inscrição da associação nessa política. Assim, discentes e docentes extensionistas se reuniram com a presidente da Amorbase para elaboração e atualização de documentos. Essa ação foi de suma importância para o fortalecimento da luta da comunidade, pois essa colaboração auxiliou a associação no acesso ao programa. Devido a isso, a cozinha popular passou a ser realizada de segunda a sexta-feira, e não apenas uma vez por mês, com distribuição de 100 quentinhas por dia, fortalecendo as ações de combate à IA.

O apoio do governo nessa situação se caracteriza como uma cooperação conflitual, existente entre movimentos sociais e Estado. Essa relação é caracterizada pela utilização de meios institucionais, como políticas públicas, para obter ajuda para ações dos movimentos sociais. No entanto, essa união não impede o conflito e a contestação do poder estatal pelos movimentos de base beneficiados (CARLOS, 2021). Visto isso, a Amorbase buscou apoio a sua cozinha popular em novas políticas públicas do Estado do Ceará, contudo, permanecendo com seu papel de luta, mobilização da comunidade e exigibilidade de direitos.

Além do impacto social, a experiência foi enriquecedora para a formação profissional e cidadã dos discentes extensionistas envolvidos. Sendo assim, a Extensão deve ser vista como uma forma de manter maior contato da Universidade com outros setores da sociedade, desenvolvendo-se na perspectiva de luta e defesa dos direitos. Por meio dela, é notado o avanço





das condições sociais da comunidade, como ocorrido na Serrinha. Ressalta-se que as ações extensionistas dessa experiência se alinham ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 03 - fome zero (ONU,2015) uma agenda internacional que dialoga fortemente com a extensão universitária.

### 3 Considerações finais

A experiência de extensão universitária realizada com a Amorbase fez o grupo perceber o quanto a luta por direitos sociais é de suma importância para o desenvolvimento comunitário. Além disso, movimentos sociais e seus projetos são parte fundamental dessa luta, levando à construção de um caminho para conquista de direitos, principalmente para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Sendo assim, a cozinha popular é um exemplo de combate à fome e às diversas expressões da IA. Por fim, a atuação do governo auxiliando para permanência de projetos, ou seja, cumprindo com suas obrigações de promover e prover o DHAA, é uma medida para aumentar o seu potencial de alcance e impacto na sociedade.

### 4 Agradecimentos

Aos moradores do bairro da Serrinha- Fortaleza e coletivos vinculados a Amorbase - Associação de Moradores da Serrinha, em especial as Brigadas Populares, o GPSAN expressa imensa gratidão pela colaboração e apoio desses grupos e indivíduos que têm sido fundamentais para o impacto positivo do trabalho realizado durante a experiência. A parceria estabelecida com esses movimentos enriqueceu as atividades e projetos desenvolvidos, fortalecendo os laços comunitários e promovendo um ambiente de aprendizado e conhecimento mútuo. Agradecimentos a cada um dos moradores e colaboradores envolvidos, cujo comprometimento e espírito de solidariedade têm sido essenciais para o progresso e transformação positiva da comunidade da Serrinha.





## Referências

ALMEIDA, I. M. P.; KREJCI, R. ANALFABETISMO POLÍTICO BRASILEIRO. *Revista Episteme Transversalis*, Volta Redonda-RJ, v. 11, n. 2, p. 266-282, 2020.

ASSUMPÇÃO, R. P. S. Reflexões sobre a contribuição teórico-metodológica da educação popular freiriana para a extensão universitária. In: *Proceedings of the 4th. Congresso Internacional de Pedagogia Social*. 2012.

BEZERRA, M. S., JACOB, M. C. M., FERREIRA, M. A. F., VALE, D., MIRABAL, I. R. B., LYRA, C. de O. (2020). Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(10), 3833–3846.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia Alimentar para a População Brasileira*. 2ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional De Segurança Alimentar e Nutricional. *Manual de instruções, diretrizes e procedimentos operacionais para contratação e execução de programas e ações da secretaria nacional de segurança alimentar e nutricional*. Brasília, 2016.

CARLOS, E. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Consequências na Política Nacional de Direitos Humanos. *Dados*, v. 64, n. 4, p. e20190305, 2021.

CEARÁ. *Lei nº 18.312, de 17 de fevereiro de 2023*. Institui o Programa Ceará Sem Fome, altera dispositivo da Lei nº 14.335, de 20 de abril de 2009. *Diário Oficial do Estado do Ceará*, Fortaleza, CE, 02 mar. 2023.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum*. Rome, FAO, 2023.

FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, 2012.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HOLLIDAY, O. J. *Para Sistematizar Experiências*. 2.ed. Brasília:Ministério do Meio Ambiente, 2006.





IACOVU, M., PATTIESON, D.C.; TRUBY, H. et al. Social Health and Nutrition Impacts of Community Kitchens: A systematic review. *Public Health Nutrition*, v. 16, n. 3, p. 535–543, 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10271777>.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: segurança alimentar: 2023. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>.

MACIEL, W. N.; RECH, H. L. A formação política como totalidade nos movimentos sociais populares: a experiência do território Serrinha. *Revista Dialectus-Revista de Filosofia*, v. 26, n. 26, p. 94-110, 2022.

MOSQUERA, C. R.; ESTEVES, S. M. Saberes e movimentos sociais: justiça epistemológica para educar democraticamente. *Educ. Teoria Prática*, Rio Claro, v. 26, n. 53, p. 612-627, dez. 2016. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?lng=pt&nrm=iso&pid=S1981-81062016000300612>.

NUNES, E. A. Restaurante popular de Maracanaú-CE: A certeza de uma refeição. In: *VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2017. Disponível em: [https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo10/restaurantepopulardemaraca\\_nauceacertezadeumarefeicao.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo10/restaurantepopulardemaraca_nauceacertezadeumarefeicao.pdf).

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando Nosso Mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>.

PADRÃO, S. M.; AGUIAR, O. B. D. Restaurante popular: a política social em questão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 28, n. 3, p. e280319, 2018.

PENSSAN, Rede. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.





# EXTENSÃO VIVA!

REVISTA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UECE



<sup>i</sup> **João Vitor Oliveira Sousa**, ORCID: 0009-0004-6733-2242

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará.

Discente do Curso de Nutrição da UECE. Bolsista extensão INFO SSAN (2022-2023) Participante do Grupo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional (GPSAN).

Contribuição de autoria: Concepção e escrita do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0694337792613938>.

E-mail: [joaov.sousa@aluno.uece.br](mailto:joaov.sousa@aluno.uece.br)

<sup>ii</sup> **Cláudia Machado Coelho Souza de Vasconcelos**, ORCID: 0000-002-3395-6143

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará.

Doutora em Saúde coletiva. Professora Adjunta do Curso de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde (PPGNS) da UECE.

Contribuição de autoria: Concepção, escrita e revisão final do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7714718421235370>.

E-mail: [claudia.vasconcelos@uece.br](mailto:claudia.vasconcelos@uece.br)

<sup>iii</sup> **Jamille Carvalho de Sousa**, ORCID: 0000-002-3395-6143

Três instâncias institucionais

Discente do Curso de Nutrição da UECE. Bolsista de Extensão do Projeto INFO SSAN. (2022-2024) vinculado ao Grupo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional (GPSAN).

Contribuição de autoria: Concepção e escrita do artigo.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7809382829269519>.

E-mail: [jamille.sousa@aluno.uece.br](mailto:jamille.sousa@aluno.uece.br)

<sup>iv</sup> **Greyceanne Cecília Dutra Brito**, ORCID: 0009-0008-3645-5214

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará.

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Nutrição em Saúde. Membro de Extensão do Projeto INFO SSAN (2022-2024) vinculado ao Grupo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional (GPSAN).

Contribuição de autoria: Concepção e escrita do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7084484944285791>

E-mail: [greyceanne.dutra@aluno.uece.br](mailto:greyceanne.dutra@aluno.uece.br)

<sup>v</sup> **Debora Wanderley de Melo**, ORCID: 0009-0002-1847-8689

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará.

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Nutrição em Saúde. Membro de Extensão do Projeto INFO SSAN. (2022-2024) vinculado ao Grupo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional (GPSAN).

Contribuição de autoria: Concepção e escrita do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7956233243360207>.

E-mail: [debora.wanderley@aluno.uece.br](mailto:debora.wanderley@aluno.uece.br)

